

A CIDADANIA NEGADA

Maria Helena Souza Patto

As narrativas aqui reunidas falam de espera e sofrimento, de esperança e angústia – de espera angustiada. A espera nelas referida é de natureza muito específica. Não se trata, como nos três dos quatro textos literários analisados por Antonio Candido em *Quatro Esperas*, da expressão de uma visão desencantada do homem e da sociedade, do beco-sem-saída, do jogo de cartas marcadas e do inevitável desastre que, mais cedo ou mais tarde, recairá sobre “a sociedade geral dos homens”¹. Ela não é a “espera inútil” dos personagens de *O deserto dos tártaros*, de *À espera dos bárbaros* ou de *O litoral de Cistres* que expressam a condição dramática da existência humana, a falta de sentido e a fragilidade da vida individual e coletiva diante da consciência da morte e de sua inexorabilidade. Na leitura de Candido, porém, *A construção da muralha da China* escapa da referência a uma genérica “existência humana”: embora seja possível que a natureza fragmentária do muro (e da estrutura da narrativa) “corresponda a uma concepção da natureza humana e equivalha a certa visão de sua debilidade”; embora faça sentido entender o absurdo do empreendimento como “um modo de penetrar na falta de sentido da vida, da ação, do projeto humano” e as alegorias kafkianas, “carregadas de sátira sem alegria”, como referências à “sociedade geral dos homens” – apesar destas aparentes abstrações, o conto de Kafka descreve “o absurdo e a irrealidade do nosso tempo.”²

Os depoentes falam de danos à vida num momento muito determinado do capitalismo em um país em que os direitos sociais, antes mesmo de se tornarem realidade para todos, vem sendo cada vez mais relegados a segundo plano no interior de uma ditadura econômica imposta pelos interesses do capital internacional. Eles não narram, portanto, dramas existenciais reificados, inerentes a um ser “ser humano” atemporal, mas vidas dramáticas engendradas nos subterrâneos de uma sociedade dividida, desigual e extremamente injusta. A compreensão desses relatos requer, portanto, atenção ao fato de que não estamos numa genérica “sociedade industrial capitalista”, mas numa sociedade concreta em que a crueldade, a corrupção,

¹ Candido (1993), p. 157.

² *Idem*, p. 168.

a barbárie e a pobreza extremas encontram expressão num salário mínimo equivalente a pouco mais de 100 dólares. A miséria inerente às posições mais baixas na estrutura social é mais carregada de adversidade nas sociedades em que a desigualdade brutal na distribuição da renda põe grande parte da população à beira do abismo. Estamos diante de vidas danificadas ou traumatizadas que, para serem entendidas, pedem a consideração de peculiaridades locais que a presença dos órgãos financeiros internacionais no gerenciamento econômico e político do país só tem feito aprofundar.

Numa sociedade em que a distância entre os que governam e os governados é abissal, a situação da maioria assemelha-se à dos construtores do grande muro da China: “do lado de cá da muralha os homens esperam em vão pelo que nunca vai acontecer, mas o seu destino é regido por essa espera inevitável.”³

*

Todos os entrevistados falam de dificuldades objetivas e subjetivas de viver. Todos eles se referem a impedimentos na cidade, no trabalho e na cidadania, tão bem analisados por José Moura Gonçalves Filho⁴. As expressões “é difícil” e “está difícil” estão nos relatos dos sub-empregados e dos desempregados que percorrem a *via crucis* dos centros de atendimento ao trabalhador; dos que frequentam a escola, mas não se sentem acolhidos por ela e não aprendem o que cabe a ela ensinar; dos que moram, dos que sub moram e dos que não moram; dos que produzem cultura e dos que consomem os consolos ideológicos fornecidos pela indústria cultural; dos que crescem em bairros que, destituídos de qualquer garantia de direitos sociais e civis, são governados pela violência do aparato repressivo, pelo tráfico de drogas como alternativa ao consumo e à falta de perspectivas de trabalho e pela lógica perversa que estrutura estes dois mundos em estreita relação; dos que adoecem física e psiquicamente e são destratados onde mereciam ser cuidados. Todos se referem a dificuldades tremendas para levar a vida. Todos falam, de algum modo, dos impedimentos que incidem sobre aqueles cujo trabalho o capital desvalorizou e marginalizou e sobre os pobres, negros e negros, tidos socialmente como incapazes. Todos falam de dentro do mal-estar vivido numa cidade capitalista brasileira, onde a onipresença do dinheiro pode tornar-se ainda mais cruel quando não há garantia de emprego e de direitos sociais. Eles sabem que a dificuldade de viver pode ser sempre maior.

³ *Idem*, p. 167.

⁴ Gonçalves Filho (1998).

Falam de angústia em condições muito particulares: numa sociedade em que a violência material e simbólica é presença pesada na vida cotidiana, falam da falta, de pequenez, de impotência, não como abstratos “seres humanos”, mas como portadores de carências concretas numa sociedade concreta, organizada para garantir os interesses da classe que detém o poder econômico e que, para isso, atropela os direitos mais fundamentais dos cidadãos. Por isso, “esperar” pode ter, para os subalternizados, um outro sentido registrado nos dicionários: pode significar “recear” – ter medo, apreensão, preocupação, susto diante da iminência permanente da queda que ameaça os vencidos.

Como bem assinala José de Souza Martins, “a pobreza material nem sempre é exclusão e a pobreza de fato excludente é apenas o polo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas.” O que existe são, portanto, “exclusões sociais, no plural, uma vez que as mesmas vítimas podem e geralmente são alcançadas simultaneamente por diferentes modos e expressões de exclusão e de inclusão. A vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganosas”⁵. As entrevistas aqui transcritas falam exatamente disso: de múltiplas experiências dolorosas de nulificação que atravessam o cotidiano dos entrevistados.

Em condições de desamparo e de humilhação permanentes, a espera é feita de angústia, mas “esperar” é também “não desistir”, “não ir embora”. Todos, em maior ou menor grau, resignam-se, embora num sentido muito especial da palavra resignação: podem estar a um passo do desespero e da desistência; podem estar atravessados de melancolia ou depressão; podem contar com a ajuda divina ou com a “sorte”; podem aderir às regras impostas pela ideologia do sucesso – podem lidar de diferentes formas com as dificuldades materiais e o medo, mas não esperam passivamente. Ao contrário, todos falam de permanência do desejo de transformação da vida e da luta pela mudança, mesmo que a esperança de alcançar o objetivo seja tênue, sempre à beira da desilusão. Esperam com resignação, mas não necessariamente com submissão, conformismo, renúncia ou demissão diante dos obstáculos à satisfação de suas necessidades, entre elas a de dignidade. Em sua origem latina, “resignar” significa também “deslacrar”, “abrir” “desvendar”, “descobrir”. Para todos os entrevistados, e para cada um de uma forma particular, viver é “re-signar”: é redefinir caminhos, a cada porta que se fecha.

⁵ Martins (2002), p. 20-21.

No terreno movediço do cotidiano, onde os planos a longo prazo e a estabilidade vão-se tornando inviáveis – num terreno em que dominam as estratégias dos poderosos – resta-lhes a tática, entendida por Certeau, em *A invenção do cotidiano*, como a “arte do fraco”. As estratégias são cálculo das relações de força típicas de um sujeito do querer: uma empresa, por exemplo. As ações desenvolvidas são manipulação que tem como objetivo exercer o poder por meio do estabelecimento de um lugar de poder e de querer próprios, de um lugar autônomo que possa, pela constituição do campo próprio, gerir as relações com uma exterioridade que ameaça o tempo todo. As estratégias são instrumentos de instituições de poder e de querer, como a empresa, o exército, a cidade, uma instituição científica. Nelas, opera-se uma vitória do lugar sobre o tempo, ou seja, a fundação de um lugar autônomo é meio de dominar a variabilidade das circunstâncias.

Nessas condições, os destituídos de poder ficam reduzidos a um querer que não logra construir um lugar próprio. Ficam ao sabor das circunstâncias. Como afirma Certeau, “a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”¹. Sem meios de previsão e convocação próprias, a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, opera, lance por lance, no plano da conjuntura, tentando tirar das ocasiões o máximo que elas podem dar. Para isso é preciso astúcia. “Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder”². No campo de políticas públicas que as tomam como massa e desconsideram as condições concretas de suas vidas, os resultados possíveis, embora obtidos com enorme investimento de energia, são sempre frágeis e fugazes.

O desafio que se lhes põe cotidianamente é o paradoxo de escapar de um poder que não têm como abolir. Está-se no cerne da questão da *apropriação*, ou seja, do que eles fazem do que os poderosos fazem com eles. Voltemos a Certeau:

a uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo se insinua ubiquamente, silenciosa e

¹ Certeau (1998), p. 100.

² *Idem*, p. 101.

quase invisível, pois não se faz notar como produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.³

Entre esses objetos culturais impostos, podem-se situar as políticas públicas. Tal como aconteceu com a ditadura cultural dos colonizadores sobre os nativos ou com a ditadura hoje exercida pelos produtos da indústria cultural, os pacotes governamentais que alardeiam a garantia de direitos sociais são imposições das quais os destinatários não escapam. No entanto, sem poder recusá-los, eles usam-nos ou os consomem de modo a deles escapar, sem deixá-los.⁴

“Essas *maneiras de fazer*”, diz Certeau, “constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural” e constituem “operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano”⁵ Assim sendo, o cerne dos relatos aqui reunidos é de natureza política: impossível entendê-los fora do âmbito das relações de poder.

O sonho dos depoentes é o de construção de um lugar em que tenham algum domínio de suas vidas. Em meio a táticas esgotantes para lidar com ameaças constantes à sua humanidade ou à própria sobrevivência, lutam individual ou coletivamente; queixam-se e têm autopiedade; ressignificam as dificuldades, dando-lhes versões mais leves, como forma de suportá-las; sonham com um futuro idealizado ou são nostálgicos de um passado também idealizado; isolam-se, numa tentativa inglória de reduzir ao máximo os atritos com o mundo; criticam a sociedade e reinventam práticas. Aprisionados numa existência que não se completa, lutam diariamente e até o fim pela construção de uma vida mais satisfatória. Em último caso, desistem. Mas desistir não é, para os entrevistados, depor as armas; é redefinir a meta: querem para os filhos o que não conseguiram para si. Este adiamento é uma das formas com que lidam ativamente com a miséria de sua posição social e é, como regra, herança de sucessivas gerações, numa corrente que pode não ter fim.

No limite, aprisionados nos meandros da racionalidade burocrática de instituições que executam políticas públicas que deveriam garantir-lhes direitos sociais, reiteram a trajetória de Carlos Lopes, personagem de

³ *Idem*, p. 39.

⁴ *Idem*, p. 40.

⁵ *Idem*, p. 41.

Zero de Ignacio de Loyola Brandão, livro publicado nos anos 1970 e posto, por motivos óbvios, no *Index* da Ditadura Militar.⁶ Com o filho doente nos braços, ele procura atendimento médico em instituições mantidas pelo Estado. Num meandro indecifrável de guichês e de papéis exigidos a cada passo, ele é paradigma dos pobres em busca de direitos na sociedade brasileira. Depois de percorrer os passos da paixão durante meses, e afinal de posse de todos os documentos exigidos, consegue encontrar o guichê correto. Mas não pode ser atendido, pois a criança em seus braços já está morta. Agora são outros os papéis necessários e é outra a sessão a ser procurada. Carlos Lopes, como milhões de brasileiros, reencarna Sísifo e reproduz a *Pietá* – ou melhor, *A criança morta*, de Candido Portinari.

*

“Impossível tomar o rosto e a voz de um homem como expressões sob perfeito condicionamento”⁷. Esta constatação de Gonçalves Filho, possibilitada por longo contato com moradores num bairro pobre situado na franja da cidade de São Paulo, também foi experimentada pelos pesquisadores participantes da presente pesquisa: aprendemos que não existe a perfeita submissão. Em todas as narrativas, é possível ouvir alguma recusa da padronização. Estamos diante de relatos que portam a tensão de conformismo e resistência. São muitas as passagens que, feitas de reflexões que se descolam da ideologia e revelam alguma percepção da face perversa da realidade social, sinalizam a sobrevivência do indivíduo. É verdade que a opacidade social nos impede de hipostasiar romanticamente a total lucidez dos homens, em geral, e dos que se encontram na base da pirâmide social, em particular. Martin Jay resume assim a posição de Adorno a esse respeito:

Uma sociologia humanista sentimental que insista em tratar os homens como atores criativos e produtores de sentido, sem levar em consideração suas reais condições sociais, não é, por conseguinte, menos errônea que uma psicologia que busque honrar seus egos pretensamente coerentes e bem-integrados.⁸

Os depoimentos que registramos não justificam o pressuposto da total alienação. Mesmo sabendo da reificação produzida pelo modo de produção em vigor; mesmo levando a sério a produção do “homem unidimensional”, tal como definido por Marcuse; mesmo levando em conta a

⁶ Brandão (1976).

⁷ Gonçalves Filho (1998), p. 14.

⁸ Jay (1988), p. 89.

extirpação da consciência de classe por meio da manipulação da indústria cultural, tal como analisada por Adorno – apesar da precisão de todas estas análises cortantes, é impossível não perceber resíduos do conflito de classes nos dramas relatados.

Em que pesem as recorrências fundamentais dos relatos, no processo e no produto dos encontros entre entrevistadores e entrevistados evidencia-se a singularidade de cada uma das narrações, expressa não só no conteúdo, mas nas várias formas assumidas pela linguagem. Basta que comparemos as falas de Cida e Gegê. Na primeira, a perda de apoio social e a ameaça à própria sobrevivência disparam um sentimento de vertigem que leva a moradora de rua a repetir palavras e expressões como quem finca estacas, numa última tentativa de não despencar ou de ainda ser ouvida antes da queda. Na fala do militante, a narração épica põe no heroísmo a esperança derradeira de derrotar um inimigo que cooptou os próprios companheiros de luta pelo direito de morar.

Numa sociedade dividida as consciências também o são. Para defender esta tese, Marilena Chaui alerta para os perigos contidos na expressão “cultura do povo” onde impera o autoritarismo da classe dominante. Supor que a cultura é do povo pode levar ao equívoco romântico de considerá-la “imediatamente libertadora”. Romantismo que “pode prestar serviços inestimáveis aos dominantes, seja porque fornece água ao moinho do populismo, seja porque atribui a este último a origem do desmantelamento da consciência de classe dos dominados, que sem ele teria feito o caminho da liberação”. Atitude romântica que

é vítima de dois esquecimentos: não só esquece o problema da alienação e da reprodução da ideologia dominante pelos dominados, como também esquece de se indagar se, sob o discurso “alienado”, submisso à crença nas virtudes de um poder paternalista, não se esconderia algo que ouvidos românticos não são capazes de ouvir.⁹

Nem possuidor de boa consciência, nem carente dela, o dominado é refém dos ardis da alienação e portador de resistência. Ou seja, as representações do dominado são sempre ambíguas. O desafio está em ultrapassar, ouvindo atentamente as suas falas, a crença politicamente estratégica e cientificamente confirmada na “ignorância” ou no “não saber” da cultura popular. O universo da cultura é, portanto, plural, apesar dos mecanismos sociais cada vez mais poderosos que visam à massificação.

⁹ Chaui (1980), p. 46.

Se, num sentido sociológico, a consciência social do oprimido nas sociedades de classes é dividida, no âmbito psicológico, a subjetividade também o é. Não estamos diante de indivíduos, de indivisos, mas de sujeitos desejantes que podem se opor, a qualquer momento, mesmo que com dificuldade crescente na pós-modernidade, aos desígnios do controle social absoluto. Tomemos como exemplo a “identificação com o agressor”. Entre as muitas formas de lidar com a exploração econômica e a opressão cultural que os atinge, há, entre os entrevistados, os que “se juntam ao inimigo”, assumindo, como o fazem Sandra e Heitor, os valores e a racionalidade da ideologia do “cidadão exemplar” e do “trabalhador padrão” como tentativa de redenção. No entanto, mesmo nesses casos é possível ouvir, nas frestas da adesão, a consciência social da perversidade da situação que lhes é imposta e a insistência do desejo de diminuir o fosso da falta historicamente aprofundado nas sociedades capitalistas industriais.

Em suma, os depoimentos, em seu conjunto, mostram que há múltiplos modos de responder a condições sociais adversas e que os mesmos indivíduos não permanecem fixados em posições, mas transitam, migram, aderem e se opõem. Aliás, a opção por relatos de vida já anunciava a intenção de colher os desenhos singulares de apropriações, recusas e aceitações das representações sociais sobre a pobreza, bem como a de tornar visíveis formas de viver construídas na e contra a adversidade que resistem às leituras que querem torná-las homogêneas. Ao fazê-lo, os participantes desta pesquisa dispuseram-se deliberadamente a caminhar na contramão do conhecimento hegemônico nas ciências humanas, entre elas a psicologia, que legitima representações e posições atribuídas aos pobres que, preconceituosas e reducionistas, fazem parte de uma espécie de “senso comum acadêmico” que agrava preconceitos e reduções ao aplicar-lhes a chancela de verdades científicas.

No afã de explicar e controlar, teorias psicológicas voltadas para a vida na pobreza aprisionam, muitas vezes, o teor polissêmico e polifônico da experiência da miséria de posição dos “de baixo” em padrões estáticos e unívocos. Assim, a tarefa de interpretação que se nos apresentou no momento de finalizar a pesquisa foi a de sublinhar o caráter a um só tempo singular e plural das formas de viver configuradas no correr das narrativas.

*

As limitações impostas pela opacidade da vida social nas sociedades contemporâneas também se fazem presentes na universidade. A misé-

ria do mundo também nos atinge. De um lado, porque ela produz e veicula uma concepção de cientificidade que produz conhecimento ideológico; de outro, porque tem sido objeto de uma política educacional que a quer à imagem e semelhança da lógica empresarial.

A natureza ideológica do conhecimento produzido pelas ciências humanas sobre o homem e as sociedades contemporâneas é objeto já suficientemente estudado em seus aspectos epistemológico e ético. Muitas das concepções da psicologia sobre os pobres – que tiveram seu auge na concepção norte-americana de “carência cultural”, nos anos 1960 e 1970 – são exemplares do peso da ideologia que recai sobre intérpretes da sociedade de classes. Os descaminhos impostos à universidade pela lógica do mercado e pelo modelo de gestão empresarial vêm sendo analisados com preocupação por intelectuais críticos que denunciam a perda crescente de seu caráter de instituição voltada para a formação intelectual e sua transformação em instituição profissionalizante, que prepara mão de obra para o mercado. No novo modelo pedagógico implementado – norteador por conceitos como habilidades e competências e avaliado segundo critérios de eficácia e produtividade – o ensino é mercadoria que se cristaliza no diploma, professores são balconistas e alunos são clientes que exigem o produto mais adequado à lógica instrumental que os orienta na relação com a universidade, como um consumidor qualquer.

Trata-se, na verdade, de aprofundamento de uma possibilidade que já estava em germe na própria ideia de universidade. Em 1798, Kant já mostrava ciência dele em *O conflito das faculdades*, objeto de comentário de Jacques Derrida.¹⁰ Se na introdução de seu trabalho o filósofo alemão dá a impressão de que considera a universidade uma boa ideia que passou pela cabeça de alguém, o filósofo francês mostra que “Kant conhecia o assunto” por experiência própria como docente da Universidade de Königsberg, onde recebeu advertência do rei da Prússia por haver deformado certos dogmas da religião. Em contraposição à “hipótese de um achado aleatório, de uma origem empírica e até mesmo imaginativa da Universidade”, seu texto contém a consciência de que ele pertencia a uma instituição artificial, fundamentada numa determinada concepção de razão e “responsável perante uma instância não-universitária”, o Estado.

Mas voltemos ao contexto atual brasileiro. Esta pesquisa contém o intento de confrontá-lo. Procuramos reunir o que a crescente segmentação do conhecimento e da administração separou: departamentos; pro-

¹⁰ Derrida (1999), p 83-122, *passim*.

fessores e alunos; docentes e técnicos; ensino, pesquisa e extensão. Na contramão do tecnicismo, quisemos trilhar outros caminhos, em direção à produção de saber sobre a sociedade brasileira e o jogo de interesses que orienta as políticas públicas. Contra um discurso acadêmico que fala *sobre* os pobres como associais, desviantes e lixo ou, de modo idealizado, como portadores de todas as virtudes, procuramos trazer, na medida do possível, a fala *dos* entrevistados. Para insistir na inseparabilidade de docência, pesquisa e prestação de serviços aos que não têm acesso à universidade pública e não se beneficiam dos conhecimentos que ela produz, reunimos docentes, estudantes de graduação, de pós-graduação e de pós-doutorado e técnicos que trabalham em laboratórios de pesquisa psicossocial ou em serviços de atendimento gratuito ao público no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Nessas condições, os resultados foram vários: a realização de uma pesquisa sem o apoio financeiro solicitado a um órgão estadual de fomento à pesquisa, com gastos inevitáveis arcados em grande parte pelos próprios pesquisadores; a longa duração do trabalho, não só pela forma artesanal de pesquisar, mas também pela necessidade de trabalhar dos pesquisadores não docentes, que não tiveram qualquer auxílio-pesquisa, e pelas pressões institucionais de produtividade acadêmica, que muitas vezes afastaram da pesquisa os pesquisadores docentes; um trabalho inevitavelmente limitado pelas condições de trabalho e pelas contradições dos pesquisadores como produtos, eles também, da própria sociedade e da própria universidade que querem criticar.

Mesmo assim, procuramos obstinadamente manter o acento crítico e evitar a obtenção de resultados úteis à tecnologia e ao mercado. O desafio foi, acima de tudo, não embarcarmos nos “jargões da vez”, o mais nefasto dos quais é o da inclusão, bandeira tão fácil quanto mistificadora que assume várias formas, entre as quais propagandas governamentais que podem ter como *slogan* afirmações fraudulentas como “brasileiros excluídos descobrem a cidadania ao mergulharem no mundo digital”. As narrativas colhidas nos obrigaram a repensar, em companhia de José de Souza Martins, o próprio significado político do conceito de exclusão:

O discurso da “exclusão” nos fala de um projeto histórico de afirmação do capitalismo, através da justa e necessária inclusão social dos descartados do sistema econômico, mesmo que sob a intenção de afirmar e dar relevo social à classe trabalhadora e sua missão transformadora. (...) as demandas sociais envolvidas na denúncia de exclusão são demandas não radicais, são demandas que não expressam propriamente ne-

cessidades radicais. São demandas cujo atendimento tem solução no amplo estoque de alternativas práticas e ideológicas de gerenciamento das crises e dos problemas sociais de que o próprio capitalismo dispõe.¹¹

Assim sendo, diz ele, a categoria “exclusão” contém uma dupla vitória do capitalismo: ao mesmo tempo que sinaliza um modo degradado de inserção social e o conformismo decorrente, ela interpreta de modo brando as contradições do capital e dos problemas sociais que dele resultam.

A defesa dessas posições pode tornar esta pesquisa sem interesse aos olhos dos grandes organismos internacionais que se infiltraram nos governos e os tornaram arautos de um novo tempo de igualdade trazidos por vastos programas de “inclusão”. Não interessará também aos que, nos órgãos de apoio à pesquisa, aderiram a esta lógica e fazem o elogio de iniciativas governamentais bem-sucedidas na superação da exclusão social. No cenário em que hoje se faz a política educacional, em geral, e a política universitária, em particular, este percurso a contrapelo do desejável facilmente será considerado inútil e retrógrado, motivo pelo qual, como resalta Florestan Fernandes, pode receber, como qualquer proposta universitária de formação de cidadãos ativos e críticos, “forte oposição assentada na atribuição de retrocesso e falta de visão de futuro”¹². Sinal de tempos tenebrosos em que o que restou da reflexão e da cultura intelectual corre o risco de extinção. Por isso mesmo, insistimos neste tema de pesquisa e nesta forma de pesquisar.

Como afirma Martins, “a exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos”. No caso dos especialistas diplomados, eles também podem ser presas da “desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios mais visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não tem trabalho e, sobretudo, não têm esperança”.¹³

No entanto, esta “mui engenhosa máquina” chamada universidade e adotada pelo Estado ocidental funciona, “não sem conflito, não sem contradição, mas talvez justamente graças ao conflito e ao ritmo de suas con-

¹¹ Martins, *op. cit.* p. 18-19.

¹² Fernandes (1966)

¹³ *Idem*, p. 21

tradições”¹⁴. Enquanto o dilema entre a invisibilidade e a adesão à nova lógica empresarial da educação – entre aderir ao modelo de uma universidade reduzida ao ensino reprodutivo ou desaparecer aos seus olhos – nos ronda, exploremos as contradições, até o fim.

São Paulo, dezembro de 2005

¹⁴ Derrida, *op. cit.*, p. 84.